A comunicação nos movimentos sociais: do panfleto de protesto à educação para a cidadania

Andre Azevedo da Fonseca*

Resumo

O artigo propõe estabelecer uma reflexão sobre as transformações ocorridas nos processos de comunicação empreendidos pelos movimentos sociais. Através de uma breve revisão bibliográfica, observamos que a comunicação popular, em geral associada a uma perspectiva exclusivamente contestatória, abrange atualmente conteúdos mais pluralistas. Concluímos que a necessidade de estimular a competência comunicativa e fomentar redes de comunicação é um ponto decisivo nos esforços de educação para a cidadania nas camadas populares.

Palavras-chave: Movimentos sociais, Comunicação popular, mobilização social

Abstract

The article proposes to establish a discussion on the changes occurring in the communication processes undertaken by social movements. Through a brief literature review, we noted that the popular communication, generally associated with a perspective exclusively contestatory, now covers a pluralistic content. We conclude that the necessity to stimulate and foster communicative competence communication networks is a turning point in efforts to citizenship education in popular classes.

Key words: Social Movements, Popular Communication, social mobilization

* **ANDRE AZEVEDO DA FONSECA** é Doutor em História (Unesp), pós-doutorando em Estudos Culturais (PACC/UFRJ), professor e coordenador do curso de Comunicação Social da Universidade de Uberaba (Uniube)

Brasília - Participantes do 13º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), juntamente com estudantes e movimentos sociais, fazem manifestação na Esplanada dos Ministérios. Fonte: Antonio Cruz/ABr

No decorrer do século XX, dos anarquistas das primeiras décadas às novas organizações operárias nos anos 1980, os movimentos sociais urbanos passaram a ter cada vez mais consciência de que os meios de comunicação não poderiam deixar de ser empregados como uma ferramenta estratégica para contribuir na mobilização social, na contestação da ordem capitalista e na conscientização política das classes populares. Deste modo, as mais diversas associações, agremiações e sindicatos se dedicaram a produzir seus próprios veículos de comunicação alternativos, de teor eminentemente combativo, voltados sobretudo para a luta política e para a reivindicação dos direitos de cidadania.

Quando nos referimos ao conceito de cidadania, é preciso salientar, tal como propõe Marshall (1967, p. 63-64), citado por Peruzzo (2002, p. 4), que existem pelo menos três esferas distintas de direitos que se firmaram na história. Em primeiro lugar, a dimensão "civil" diz respeito aos direitos de liberdade individual, tais como a liberdade de ir e vir, a liberdade de expressão, de pensamento e de fé, assim como o direito à propriedade, entre outros. A dimensão "política", por sua vez, compreende o direito de participar do exercício do poder como membro de partidos, de governos ou como eleitor. Por fim, a dimensão "social" diz respeito aos direitos de segurança, de bem estar econômico e de partilha e usufruto do patrimônio cultural de sua sociedade, entre outros novos direitos ligados a questões de gênero, etnia e identidade.

O conteúdo da comunicação popular usualmente empregada nos movimentos sociais do século XX dizia respeito sobretudo à reivindicação de um direito coletivo de participação nas decisões políticas de uma sociedade, além de

questões ligadas às melhorias materiais nas condições de vida nos setores organizados das camadas populares. Naturalmente, com o processo acelerado de urbanização e constituição de uma sociedade de massa, o domínio dos meios de comunicação tornou-se elemento decisivo para a luta política e, consequentemente, para o exercício da cidadania. Com o processo de mobilização e legitimação dos movimentos sociais, ficava cada vez mais explícita a consciência da diferenciação entre aqueles que realmente detinham as condições de exercer e desfrutar os direitos de cidadania e, por outro lado, a massa de excluídos que eram estruturalmente privados desses direitos, tendo em vista que há graus diferenciados e desiguais no acesso aos recursos sociais (PERUZZO, 2002). Se a conquista da cidadania requer o envolvimento das pessoas e condiciona o "status de cidadão" à qualidade da participação social, parecia cada vez mais urgente, portanto, a partilha desses recursos. Nesse contexto, o acesso às mídias apresenta-se, mais uma vez, como condição indispensável à efetiva participação dos cidadãos no universo da política e da opinião pública.

Contudo, ao lado dessa perspectiva reivindicatória, os meios de comunicação passaram a assumir novas funções no contexto dos movimentos sociais. A partir dos anos 1970, influenciados por teóricos da educação, em especial Paulo Freire (1970), comunicólogos e educadores passaram a enfatizar o caráter dialógico dos processos pedagógicos, de modo a favorecer uma aproximação cada vez mais produtiva entre os recursos da Educação e da Comunicação. Mário Kaplun, um dos principais pensadores da comunicação educativa na América Latina, argumenta que educar é envolver-se em um processo de "múltiplos fluxos comunicativos". Para ele, um ambiente será "tanto mais educativo quanto mais rica for a trama de interações comunicacionais" dos educandos. Assim, uma comunicação educativa teria como uma de suas funções principais o desenvolvimento da "competência comunicativa" dos sujeitos e o estabelecimento de "vias horizontais e interlocução". (KAPLUN, 1999, p. 74).

Essas ideias esboçaram um novo paradigma do papel dos meios de comunicação no contexto dos espaços não-formais de educação presentes no próprio processo de constituição, organização e mobilização dos movimentos sociais. Assim, como nota Peruzzo (2002), ao lado da expressão das reivindicações sociais, os meios de comunicação populares assumiram também um caráter duplamente formativo. Em primeiro lugar, ao tomar para si a responsabilidade de produzir e difundir os seus próprios conteúdos, essas organizações desenvolveram canais para expressar as suas práticas culturais, os seus valores e as suas interpretações de mundo, de modo a veicular informações diretamente relacionadas ao contexto em que estavam inseridos, contribuindo, assim, para a formação e o enriquecimento do patrimônio cultural da própria comunidade. Em segundo lugar, como enfatizam os pensadores da comunicação educativa (ou educomunicação), o próprio ato de se envolver na produção de meios de comunicação favorece o desenvolvimento de uma interpretação mais crítica dos cidadãos em relação às mensagens das mídias, tendo em vista que a práxis comunicativa empreendida no exercício de participação nos veículos comunitários cria as condições para a compreensão das inúmeras estratégias empreendidas na construção da notícia (tais como escolha da pauta, hierarquização das informações, edição, uso de elementos iconográficos ou

sonoros para enfatizar determinados elementos da notícia, etc.)

Outro ponto importante relacionado à comunicação nos movimentos sociais diz respeito ao desafio permanente que as lideranças encontram no sentido de mobilizar a sua comunidade e, em última instância, sensibilizar a sociedade em geral em nome de uma causa coletiva. Em uma era mediatizada como a atual, os movimentos sociais não podem deixar de transformar a sua luta por reconhecimento em uma luta por visibilidade nas mídias. Isso faz com que a comunicação se torne um elemento cotidiano das práticas desses movimentos, o que se expressa na diversidade de rádios comunitárias, por exemplo. Em um projeto mobilizador, é imprescindível empregar os meios de comunicação para, em um primeiro momento, difundir informações, estimular os vínculos de solidariedade, favorecer os laços de identidade e promover o engajamento e a co-responsabilidade, no sentido de articular os sujeitos e estimular a participação de todos nas decisões coletivas. Em seguida, é necessário conquistar a atenção e a confiança da sociedade para obter o apoio da opinião pública e legitimar a causa. O movimento dos Zapatistas são considerados os primeiros que alcançaram a sensibilização da sociedade em escala global por meio do uso da Internet.

Como notou Peruzzo (2002), é preciso observar que, desde o final do século XX, parte das demandas dos movimentos sociais – tais como a questão ambiental; a cultura popular e a identidade cultural; o combate aos preconceitos originados em crenças, origens étnicas, gênero ou opção sexual, além de direitos fundamentais à educação, a moradia e ao trabalho – foram assumidas pelo conjunto da sociedade e, por isso, já se encontram presentes no cotidiano da programação de alguns veículos de mídia de massa. Esse fenômeno indica a importância da contribuição dos movimentos sociais no debate político contemporâneo e no processo de democratização da sociedade. Paralelamente, as lideranças populares foram convencidas da importância de associar ao discurso reivindicatório a estratégia de firmar parcerias com a iniciativa privada e com o setor público, como forma de somar forças em nome da busca conjuntas de soluções que atendam às crescentes complexidades sociais. Deste modo, muitas iniciativas mais pluralistas e democráticas substituíram o tradicional discurso fechado e estritamente combativo dos movimentos do século XX.

Como bem observou Marteleto (2001), a inovação mais recente da comunicação comunitária e dos movimentos sociais encontra-se "no surgimento de práticas políticas articulatórias das ações localizadas", as chamadas "redes de movimentos", ou *networks*. Ao estabelecer interconexões entre o local e o global, as lideranças alargam a visão tradicional de cidadania e tendem a deixar de lado o sectarismo ao se ramificar em várias direções enquanto juntam forças em frentes únicas de ação. Deste modo, as comunidades deixam de se comportar como unidades fragmentadas para se tornarem um novo movimento que comporta uma "hibridação entre o comunitário e o associativo". Interessa ao nosso debate sobre comunicação e movimentos sociais, portanto, a ideia da formação de um conjunto de participantes autônomos e interdependentes, unindo ideias e recursos em torno de valores compartilhados.

Com as novas tecnologias de informação, os movimentos sociais assumem novas configurações. Em primeiro lugar, lembra Marteleto (2001), é preciso notar que o conceito de rede é resultado de um conflito entre paradigmas conflitantes das

ciências sociais, que ora afirmavam ora negavam a preponderância da estrutura social em detrimento da liberdade individual. Desta forma, as redes surgiram como um novo instrumento metodológico para repensar esses determinismos e reconhecer a interdependência entre agentes situados em uma estrutura dinâmica. Na perspectiva da rede, para analisar os comportamentos sociais, a unidade de análise não são os atributos individuais, mas o conjunto de relações que os indivíduos estabelecem através das suas interações com os outros.

Tendo em vista que a análise das redes sociais propõe o estudo dos elos informais e das relações, em detrimento das estruturas hierárquicas, o conceito tem sido usado, nas ciências sociais, para compreender sobretudo os movimentos fracamente institucionalizados. Nos espaços informais das comunidades, as redes são estabelecidas a partir da tomada de consciência de interesses ou valores entre os participantes. "De forma diferente das instituições, as redes não supõem necessariamente um centro hierárquico e uma organização vertical, sendo definidas pela multiplicidade quantitativa e qualitativa dos elos entre os seus diferentes membros, orientada por uma lógica associativa." (COLONOMOS apud MARTELETO, 2001, p. 73).

Podemos concluir, com tudo isso, que a necessidade de estimular a competência comunicativa e fomentar redes de movimentos nas comunidades é um ponto decisivo da questão da educação para a cidadania nas camadas populares, pois a inserção das pessoas no processo ativo de comunicação favorece a emergência de sujeitos capazes de contribuir de forma ativa e se tornarem protagonistas de sua história coletiva. Se a reivindicação de políticas sociais continua sendo necessária, essa não é mais a única razão de ser dos movimentos e associações comunitárias, pois os cidadãos sentem-se cada vez mais aptos participar de forma autônoma na resolução de um conjunto cada vez maior de questões comuns. Nesse contexto, o fortalecimento da sociedade civil, processo indissociável ao desenvolvimento dos meios de comunicação comunitários, aparece como alternativa mais democrática à resolução conjunta dos problemas sociais e à elaboração de novas formas de relação entre sociedade e estado.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

KAPLÚN, Mário. Processos educativos e canais de comunicação: Paradigma informacional impede o diálogo, base da apropriação do conhecimento, transformando educação a distância em (in)comunicação. In: **Comunicação e Educação.** São Paulo, v.5, n.14, p. 68-75. jan./abr. de 1999. Disponível em: < http://www.usp.br/comueduc/index.php/comueduc/article/view/391>. Acesso em 08.03.2011.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ci. Inf.,** Brasília, v. 30, n. 1, abr. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652001000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09.03.2011.

PERUZZO, Cicilia M. K. Mídia comunitária. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, n. 30, p. 141-156, 1998.

_____. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. In: **PCLA.** São Bernardo do Campo, v. 4, n. 1, out/nov/dez, 2002. Disponível em: < http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm>. Acesso em 08.03. 2011.